Contra capa

Tal como ocorreu com a União Soviética, o socialismo real, também com o estado social na Europa se vive um encanto injustificado que paralisa a acção.

O Fórum Social Mundial, apoiado pelo Partido dos Trabalhadores no Brasil, para se contrapor ao Fórum Económico Mundial neoliberal, não parou a exploração da natureza, incluindo a dos recursos humanos. Criou o slogan “um outro mundo é possível”, contra o discurso único, o “não há alternativa”, mas não concretizou.

O falhanço político das esquerdas globais ilustra o que é o estado social real: uma idolatria do estilo de vida europeu, incompatível com a saúde do meio ambiente e da mente. Caso Lula não tivesse sido preso, seria ele o Presidente do Brasil em 2019, em vez de Bolsonaro, candidato da estrema direita. Grande parte dos que protestaram nas ruas a exigir transportes mais baratos, e dos que votariam à esquerda, houvesse um candidato carismático, votaram na retórica explicitamente misógina, elitista e racista, que substituiu a retórica do mesmo género, mas dissimulada, própria do estado social. O Brasil, durante os governos da esquerda, referência global no início do século XXI, tornou-se o quarto país do mundo com mais presos, triplicando o número entre 2000-2016, de 233 mil para 726 mil presos, ao mesmo tempo que retirou da miséria absoluta milhões de pessoas. O copo está meio cheio ou meio vazio?

O estado social será o melhor dos que usam o capitalismo. Mas o crescimento do capitalismo é incompatível com a segurança ambiental da humanidade. E a anestesia ministrada à forças populares, orientada por ciências sociais, impede as pessoas de reconhecerem o seu entorpecimento mental, viciadas em sacrifícios, trabalho e consumo, impedindo-as de cuidarem de si mesmas e de evitar o ecocídio em curso.

Índice

[A sociedade primeiro; a modernização veio depois 8](#_Toc533845944)

[Teorias sociais como ideologias profissionais 11](#_Toc533845945)

[Haverá teorias sociais ecológicas? 17](#_Toc533845946)

[Dos realismos optimistas e pessimistas 20](#_Toc533845947)

[Hobbes e Rousseau, afinal, são aliados 32](#_Toc533845948)

[Ciência centrípeta 40](#_Toc533845949)

[Lições de direito e de biologia 45](#_Toc533845950)

[Ciência social, sociedade e estado 50](#_Toc533845951)

[Reflexividade e marginalização 64](#_Toc533845952)

[Redução e reificação 71](#_Toc533845953)

[Estado social 73](#_Toc533845954)

**Estado social real**

Após o desaparecimento do polo soviético da Guerra Fria, em 1989, a democracia confrontou-se com o discurso único, “não há alternativa”. Paulatinamente, foi incorporada a imaginação de que qualquer possibilidade de uma ordem diferente daquela que está estabelecida é um risco que a humanidade não pode voltar a correr. Foram anunciados o fim da história, o fim das ideologias, o fim das revoluções sociais. A União Europeia tornou-se o modelo de integração política de estados do norte, do sul, do leste, em torno do modelo social europeu: o estado social economicamente sustentável.

Na sequência de novos arranjos estratégicos regionais entre estados, sob a tutela da superpotência vencedora, emergiu a globalização: após a descolonização, o planeta ficou recoberto por cerca de duas centenas de estados representados na ONU, protótipo de governo mundial ainda marcado pelas cicatrizes da segunda grande guerra, em particular os direitos de veto das grandes potencias. Mas a globalização caracterizou-se especialmente pela ideologia da auto-regulação das empresas globais, sobretudo o sistema bancário, organizada na prática por agências internacionais sem mandatos democráticos. Aos estados caberia atrair investimentos, animar o comércio internacional, cuidar dos lixos humanos, ambientais, culturais, e valorizá-los em concorrência com outros países, manter a ordem interna e colaborar com a ordem internacional.

O estado e centro da construção da democracia moderna, perguntou-se, está em decadência? A transmissão de competências para cima, para as instâncias internacionais, e para baixo, para os poderes locais, irá esvaziar o estado? Hoje é evidente que os estados continuam a ser importantes centros de poder. A sua instrumentalização por estratégias nacionalistas revela energias anteriormente imaginadas ultrapassadas.

O processo de integração social dos representantes dos trabalhadores na vida pública, realizado na primeira metade do século XX na Europa, internalizou as oposições (operárias e comunistas) nos estados. O estado social emergiu de duas guerras mundiais, inspirado em práticas políticas alemãs anteriores, financiado pelos EUA no pós-guerra, num ambiente de nacionalismos imperialistas subjugados às superpotências, no quadro da Guerra Fria. O desejo de paz e a concertação política criaram o centrão, com suaves polarizações à direita e à esquerda e censura social do que não fosse moderação. Isso foi-se tornando uma mascarada, quando se tornou evidente que os políticos profissionais representavam a oposição com a mesma facilidade com que representavam os governos, como se não tivessem convicções e, sobretudo, impossibilitando mudanças políticas capazes de corresponder aos anseios dos eleitores, cada vez mais abstencionistas e desiludidos por promessas sistematicamente ignoradas, ou mesmo contraditas, no dia seguinte às eleições.

Em Portugal, quando se adoptaram políticas europeias de nacionalização dos prejuízos da falência do sistema financeiro, em 2010, o eleitorado dividiu-se entre os subservientes às políticas imperialistas dominantes, representados no governo de Passos Coelho, e os que se lhe opunham, e vieram a formar governo a seguir, a geringonça, argumentando que seria possível construir uma alternativa às políticas de austeridade. Com o acordo inédito dos partidos da esquerda, a oposição tomou o poder em 2015, mantendo o rumo – pagamento de dívidas impagáveis por gerações – mas abrindo um espaço político de respiração democrática que vai a votos em 2019.

Esta aliança à esquerda funda-se na promessa de, um dia, vir a ser possível retomar o caminho de construção do estado social português, aquele que foi vivido pelos imigrantes portugueses na França e na Alemanha dos anos sessenta. Esta esperança de o futuro nos ressarcir das ilusões do passado, quando Portugal entrou na CEE, é irrealista e desmobilizadora. Mas pode persistir. Por exemplo, o movimento dos coletes amarelos, que abalou a França em finais de 2018, faz um caderno de encargos inspirado nas funções de redistribuição próprias do estado social.

O estado social real é feio, à luz das guerras que promove no quadro imperialista em que se enquadra e à sombra daquilo que torna invisível, como as persistentes e crescentes violações dos direitos humanos fora e dentro dos territórios por si directamente governados. E é ideal que merece ser abandonado, em vez de idealizado. Eis a ideia choque que inspirou este livro.

A difusão global de modos de vida de classe média, altamente consumista de energia fóssil e produtora de desperdício, é a causa da crise ambiental que hoje nos ensombra, como espécie em vias de potencial extinção. O estado social real é aquele que criou uma situação de imobilismo político e social que nos está a conduzir a uma trajectória suicida, como se estivéssemos anestesiados ou de tal modo manietados que não nos podemos mexer, como acontece nos pesadelos.

Nem tudo é mau, em nenhum momento da vida humana e da história da humanidade. Mesmo da condição de escravatura é possível contar histórias edificantes. Se a medicina conseguiu melhorar a salubridade da vida social e aumentar a esperança de vida, óptimo. Também foi possível negar, na prática, haver limitações económicas que impediriam a explosão demográfica, a que se referiu Malthus. O que pode parecer uma vitória da tecnologia, neste caso, pode revelar-se apenas uma bebedeira de energia fóssil, cuja ressaca ainda não se sabe quanto vai custar mais em vidas, guerras e desastres naturais. Mas de que nos servirá isso perante as mudanças climáticas e a incapacidade de reacção perante riscos de tal magnitude? Perante a anestesia geral da racionalidade das sociedades, será possível discutir as necessárias transformações sociais para minimizar danos, como o rendimento básico incondicional, a democracia abolicionista, o decrescimento, a justiça transformativa?

Não tem sido possível discutir de forma útil estas e outras propostas, em larga medida por efeito do controlo cognitivo promovido pelo sistema político e mediático, apoiado pelas universidades e pelas ciências sociais. O estado social é, também, a mobilização extraordinária das ciências sociais, profissionalizadas pela primeira vez no quadro do *New Deal* nos EUA. Profissão que o autor deste livro abraçou, como professor universitário. E a partir da qual entendeu um dos modos como a anestesia social é administrada. Em particular, ela tornou-se evidente ao observar as prisões, a violação de direitos humanos que todos sabem e esperam que se realizem e a cúmplice indiferença social e estatal perante os factos, apoiada na censura de discussão das evidências, tratadas como surpresas pelos jornalistas e políticos de serviço – quando não há outras notícias – quais polícias bons a encobrir os torturadores impunes.

O lado negro do estado social só é alvo racional de reforma na medida em que as prisões, as violações dos direitos humanos organizadas pelos estados e o capitalismo o podem ser. Sem mercado nem prisões, o que será de qualquer estado? Os estados modernos foram criados para triangular poder, economia e abundância de recursos humanos, primeiro na produção e depois no consumo. As pessoas, tratadas e desqualificadas como o social pelas ciências sociais, tornaram-se instrumentais, indivíduos. Educadas para viverem como zombies, como acontece de forma mais evidente aos presos a quem são distribuídos psicotrópicos em abundância, oficial e oficiosamente. As escolas servem anestesia, isolamento etário da vida laboral. Servem de fase de recruta de trabalhadores, ansiosos de entrarem na guerra da vida legítima, a do trabalho. A escolaridade é das experiências institucionais mais positivas da modernidade, aos olhos dos que a superam convencidos de estarem em condições de lutar por si só pelo direito à vida. Tal como acontece com as prisões, os políticos e as sociedades têm-se alheado da quantidade de traumas e estigmas que infectam quem sofre do sucesso e do insucesso escolar. Estigmas e traumas produzidos pelas actividades de prévia classificação escolares das pessoas, justificando todas as discriminações e todas as hierarquias existentes e a construir, como se fossem parte da natureza humana. A liberdade e igualdade são, assim, anestesiadas e violadas em cada um, como uma vacina.

Do lado das ciências sociais, há ilustres pensadores que marcaram as juventudes dos anos setenta e viram a impossibilidade de organizar a oposição, social, política e económica, em razão dos poderosos mecanismos, industriais e burocráticos, de condução impositiva dos comportamentos individuais (Marcuse, 1991); viram os efeitos limitativos das liberdades promovidos pela escolarização e pela profissionalização, através da incorporação generalizada de necessidades desnecessárias com a única utilidade de manter o crescimento da economia, sem vantagem para o bem-estar das pessoas (Illich, 2018); viram o papel estratégico das ideologias, como ilusões e diluentes do conhecimento, promovidas por escolas e universidades, a favor do estado (Althusser, 1970). Porque se perdeu a memória deste tipo de críticas? Foram levadas a sério, no seu tempo.

Os engenheiros e professores foram as profissões estratégicas para a reconstrução do pós-guerra, quando a produção era o modo de integração das sociedades nacionais (Bell, 1973). A hegemonia dessas profissões foi substituída, no período posterior, por juristas e economistas que sustentam a sociedade da informação (Toffler, 1999), mais tarde sociedade do conhecimento ou globalização (Reich, 1991) e, também, sociedade da vigilância e do consumo (Lyon, 2001). A engenharia financeira e a economia do *Excel*, apoiadas em paraísos fiscais, radicalmente alheias ao meio ambiente e às necessidades sociais, tornaram-se dominantes. Sociedades centrais passaram a ser alvos de práticas anteriormente reservadas a espaços colonizados, a começar nas zonas suburbanas reservadas aos trabalhadores, de onde saíram e para onde regressaram motins multitudinários em 2005, com epicentro em Paris, e 2011, com epicentro em Londres. Em 2010, a União Europeia assistiu à utilização de estratégias de opressão identitária contra países, como os chamados PIGS (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha), como forma de mascarar a falência do sistema bancário e fazer os estados assumirem os desmandos das elites. Atitude que não terá sido inócua. A partir daí, como era esperado por quem promoveu tal política, todos os estados parceiros perceberam que poderiam ser tratados do mesmo modo. Foi a partir daí que os eleitores passaram a votar mais persistentemente nacionalista.

Estados atreitos à corrupção, nomeadamente à gestão que dela fazem os bancos no quadro do sistema financeiro global, perante a falência da auto-regulação financeira e a necessidade de continuar a exploração da Terra e dos seus recursos, reproduzem estratégias colonialistas e reanimam sentimentos nacionalistas e autoritários. Os estados sociais foram centrais na construção desta dinâmica política. É melhor não o ignorar, aligando responsabilidades e usando o neoliberalismo como bode expiatório. Sempre estiveram presentes as políticas públicas, os eleitores, os regimes democráticos, a moderação, a conciliação de classes, as escolas, o sistema criminal.

Do lado da ecologia, os avisos de risco de desastre foram atempados, suportados por evidências (Meadows, Donella H.; Meadows, Dennis L.; Randers, Jorgen; Beherens III, 1973). Tal como com as críticas sociais, foram intencional e esforçadamente ignorados. A expansão do modo de vida norte-americano planeado pelo *New Deal*, altamente consumista de energia e produtor de desperdícios, foi realizado no pós-guerra, para fazer renascer o capitalismo da sua profunda crise de 1929. O Plano Marshall reconverteu a economia de guerra norte-americana através das exportações para a reconstrução da Europa e do Japão. O investimento estrangeiro continuou a difundir o modo de vida norte-americano no período da globalização pela União Europeia e pelos países emergentes, na Ásia, na América do Sul, na África do Sul. Resultou nas previamente anunciadas alterações climáticas e na negação suicidária dos estados de alterar o rumo do desenvolvimento. Os apelos das Nações Unidas ao bom senso são meros desabafos, tanto quanto acontece às sucessivas crises de refugiados e de migrações. O crescimento da máquina industrial global é inexorável e destruidor, explorador. E vai ser parada. Pode é não ser a humanidade anestesiada a fazê-lo.

Em 2015, a União Europeia, a banca, toda a comunicação social europeia, e seguramente os militares, pressionaram o governo do *Syrisa* para anular a decisão democrática do povo grego, em referendo, a exigir políticas de oposição à austeridade. O sucesso dessa operação fechou as oportunidades de ter em atenção as crises humanitárias, dentro e fora da União. Abriu o campo a uma onda fascizante, na verdade global, que tem vindo a reutilizar os sentimentos nacionalistas para legitimar o explicitamente intencional alargamento da violação de direitos humanos na Europa.

Criada para que os povos do Sul da Europa fossem culpabilizados pela transferência das responsabilidades financeiras dos bancos falidos para os contribuintes da União, a operação político-mediática que se tornou evidente nos acontecimentos de 5 de Julho de 2015, em Atenas, produziu um fenómeno de descrédito radical na política das sociedades europeias. Como se não houvesse alguma protecção social possível contra as mudanças climáticas, os eleitores satisfazem-se em votar contra a democracia para destituir a classe política, em troca das promessas demagógicas de aumento dos processos de retaliação do estado contra os trabalhadores estrangeiros, imaginados como aproveitadores, concorrentes, ilegais, invasores, terroristas.

O estado social real é o estado do tempo da globalização. É o sucessor do estado social que fez o progresso nos países mais ricos do mundo, até aos anos 70. O estado social real é perverso relativamente aos trabalhadores, cujos rendimentos deixaram de beneficiar dos aumentos da produtividade desde então. Colocados na posição de concorrerem entre si, globalmente, a maioria dos trabalhadores são inibidos de transitarem eles próprios à procura de melhores empregos, a não ser clandestinamente, perdendo os seus direitos de cidadania. A divisão entre trabalhadores legais e ilegais, também divididos entre nacionais e estrangeiros, tem sido e é instrumental para a diminuição dos salários reais, para a precarização do trabalho, para a degradação das condições de vida, também evidente entre as sucessivas gerações.

O sistema criminal, portanto, também tem sido instrumental, ao criminalizar o tráfico de drogas e as irregularidades administrativas dos trabalhadores, sob controlo intenso e detalhado das administrações do estado. As mesmas que são inertes para evitar a corrupção, as crises humanitárias ou a pobreza crónica. A sobrelotação crónica das prisões na Europa, segue um padrão global criado pelo proibicionismo das drogas, lançado por Nixon, nos EUA, e adoptado pelas Nações Unidas. As prisões mantêm altas proporções de pessoas estrangeiras, reflectindo e reforçando o uso das nacionalidades para fins de discriminação social organizada pelos estados. Isto é, os estados democráticos vencedores da Guerra Fria, antes mesmo dela ter terminado, já tinham criado os seus Gulags (Christie, 2000; Gilmore, 2007), arquipélagos penitenciários, campos de tortura para fins políticos, como fazia a União Soviética. Sistema alargado a centros de detenção de pessoas indocumentadas, prisões secretas, autorização explicita da tortura, práticas de tortura ilegais mas recorrentes (Butterfield, 2004).

A surpreendente reemergência da reacção nacionalista anti-democrática deve a sua longa gestação aos estados sociais reais, únicos responsáveis pelos sistemas penitenciários. Com a luta contra a corrupção, finalmente organizada pelos sistemas judiciais que foram inertes nas décadas anteriores, surgem denúncias de intervenção judicial na política. Não se pode, de facto, excluir, essa possibilidade: podem muito bem-estar a regressar os presos políticos. A tolerância para que isso aconteça é evidente.

A adesão das massas à hipocrisia de um social dividido entre bons e maus, trabalhadores ou necessitados, é uma estupidez. Mas o moralismo imoral é recorrente na história. A Paz e o Amor dos *hippies* (empatia e compreensão por oposição à retaliação e à exclusão) é um slogan percebido hoje como meramente romântico, a par da virilidade a que Nietzsche (1997) se agarrou, no século XIX, para mostrar a fragilidade moral de carácter das sociedades modernas.

Acordem! – grita-se.

Este livro é a minha desiludida e modesta contribuição para a esperança que o nosso destino possa ser diferente daquele que parece ser inevitável.

## Redução e reificação

Nas ciências sociais, a denúncia da exploração é especialidade da teoria crítica. Porém, como também ela é centrípeta, centrada no estudo do presente e da modernidade, a substituição do realismo pelo modo utópico de pensar o devir continua sem considerar o lugar central da violência e da chantagem organizadas pelos estados na produção de sociedades anestesiadas, desumanizadas. Embora trate de reconhecer as necessidades de formas especiais de integração das pessoas ou povos excluídos das sociedades modernas, mantém-se fiel ao princípio básico da chantagem que permite a exploração: quem não trabalha como assalariado não come.

A teoria crítica não discute a legitimidade do uso da retaliação como forma de organizar a exclusão social ou a ameaça de a executar, política, policial ou judicialmente. Discute as estratégias políticas dos estados como se fossem inelutáveis e eternos. A teoria crítica também reclama dever ser melhor considerada pelos poderes instituídos. Garantindo-lhes que se o fizessem tudo correria melhor; como qualquer profissional garante.

A teoria crítica também rebate a complexidade da vida humana nas dimensões do poder, reduzindo-a às suas relações com o estado, oferecendo uma representação exagerada, reificada, dos poderes dos estados. Também abandona as pessoas e os movimentos sociais à representação de um campo em que o estado é central, em vez da vida.

A partir do fim da II Grande Guerra, nos EUA e na Europa aderente ao Plano Marshall, os estados passaram a contar com o apoio de instituições da mão esquerda do estado, as funções sociais do estado. Os direitos económicos e sociais foram capazes transformar a luta de classes em processos individuais e de integração social organizados pelos estados, teoricamente capazes de fornecer como serviço social os cuidados necessários à existência de todos e cada um. Na prática, a pobreza e a injustiça mantém-se longe de qualquer perspectiva de abolição. Demagogicamente diz-se que é muito caro, acima das possibilidades, retirar os pobres da pobreza; enquanto se fala de triliões para a banca e para os amigos do poder.

A política do estado social pode ter carácter universal: quando as sociedades estão destruídas – como no pós-guerra ou na sequência de um desastre natural – vigora espontaneamente o espírito de entreajuda próprio dos momentos de pós-catástrofe. As pessoas dão prioridade à cooperação, em vez da retaliação, à paciência e perseverança em vez da volúpia manipulável da inveja mesquinha. Quem esteja no poder, reclama solidariedade das instituições para se articularem com as tarefas de construção de uma sociedade renascida como fénix. O pós-guerra na Europa foi um tempo para se aceitarem os inimigos, fazendo-os amigos. A culpabilização institucional dos desvalidos não podia ter a expressão social que veio a ter a partir dos anos 80, pela simples razão de a situação de penúria ser generalizada.

Qualquer política demora anos de trabalho administrativo e de doutrinação para se incorporar na vida quotidiana. Tempo em que os sentimentos discriminatórios e as intrigas divisionistas são mobilizadas pelos estados. A produção de desigualdades sociais, que é o motor das sociedades modernas, legitima-se em torno das distinções, das classificações, das avaliações, da exacerbação das diferenças, em particular das decorrentes de propriedade e de rendimentos. As sociedades que distribuem rendimentos mais desiguais, não por acaso, tendem a registar e punir mais crimes (Wilkinson & Pickett, 2009). Distinção e vingança trabalham juntas.

No tempo de vigência do estado social, a desejada protecção social de todos e cada um revelou-se pouco mais do que assistencialismo e discriminação para os necessitados. O desenvolvimento da vertente social do estado foi acompanhado pela recriminação dos indivíduos marginalizados em vez da incapacidade das políticas de integração. Sobretudo depois dos anos 80, a recriminação foi feita também pela criminalização de bodes expiatórios que desviaram as atenções dos sucessivos falhanços políticos. Hoje, os reconhecidos falhanços das políticas de assimilação e das políticas multiculturais, servem para fazer a política de culpabilização das vítimas.

A estratégia cognitiva desenvolvida pelas ciências sociais de redução das sociabilidades complexas e instáveis a sociedades idealizadas, modelares e eternas, com a redução funcional e culpabilizante das pessoas a indivíduos, dos actores aos respectivos papeis, abre terreno aos ideal-tipos, à imaginação utópica, reificadora. A moral, positiva ou negativa, realista ou crítica, optimista ou pessimista, orienta o olhar e torna as opções ideológicas preponderantes, em vez das finalidades cognitivas. Fecham-se, assim, as oportunidades para a construção de ciências sociais mutuamente colaborantes em favor do conhecimento. Divididos em subdisciplinas e, dentro delas, em sensibilidades mais académicas e mais críticas, os profissionais e os investigadores são incapazes de dialogar entre si e, por maioria de razão, incapazes de aprender com a biologia e o direito, com as ciências naturais e os saberes normativos.

As estratégias do estado social tornam a repressão e a construção de barreiras físicas e mentais entre estratos sociais uma maneira de manter a distinção entre aquilo que não pode ser entendido senão como indistinto: a humanidade. Reclama um estado forte para assegurar a inviolabilidade das fronteiras políticas e sociais, naturalmente porosas. Explica a racionalidade aparente do autoritarismo para satisfazer os sentimentos de insegurança gerados pelas promessas incumpridas. Sobretudo revela-se desinteressado e impotente para enfrentar os riscos ambientais.

A fidelidade das ciências sociais ao estado que as profissionalizou tem consequências cognitivas: bloqueio ideológico da transição entre a filosofia social e a ciência do social, redução da humanidade aos indivíduos, reificação das sociedades nos estados que as dominam, apologia da modernidade ideal-típica como estádio último da evolução pré-determinada.

## Estado social

A expressão estado social faz pensar nalguma coisa que tende a desaparecer ou não existe mais (se alguma vez existiu), mas de que ainda restam resquícios que podem compor um futuro melhor. Refere-se, ao mesmo tempo, a uma realidade nublosa e a um imaginário feliz, eventualmente coexistentes, eventualmente divergentes.

Para uma definição de estado social, propõe-se aqui adoptar um critério claro: estado social real é o estado que conta com a presença e apoio das ciências sociais profissionalizadas.

As ciências sociais, neste aspecto, são tanto mais eficazes quanto mais discretas. Embutidas em políticas públicas, são ao mesmo tempo ideologias justificativas e leis executivas, caracterizadas por se destinarem a ser usadas por agentes do estado junto das populações, as mais fragilizadas, de modo não policial (estas últimas estão sujeitas a regras jurídicas).

Para responder à crise de 1929 e à experiência das Guerras Mundiais, os aliados europeus da América do Norte reconstruiram um tipo de estado que acrescentou um lado esquerdo ao seu lado direito, o único usado na fase liberal do estado, anterior à fase do estado social: ao braço repressivo, militar e de classe, o estado social acrescentou um braço económico-social funcionalmente independente. Acrescentou a concertação social e a responsabilização do estado pela educação e bem-estar das populações: empresas para fornecimento de bens estratégicos, escolas, serviços de saúde, os apoios aos pobres, passaram a ser responsabilidades estratégicas dos estados, financiados com impostos sobre a produção. As decisões sobre segurança e guerra mantiveram-se longe da capacidade de intervenção política dos eleitores e protegidas por segredo de estado.

A revolta dos jovens contra a opressão e o belicismo, por exemplo a respeito da guerra do Vietnam e da guerra colonial em Portugal, sobretudo a partir dos anos sessenta, criou o ambiente que gerou, a partir de 1980, o paulatino desvanecer das ilusões de o estado liberal ter acabado com a crise de 1929. Em 1989, a União Soviética desaparece. Órfãs de pai e mãe, as ideologias de esquerda imaginaram poder voltar atrás, unir-se e recuperar o tipo-ideal do verdadeiro estado social, cuja melhor versão tinham combatido até aos anos 70. Isso foi particularmente entusiasmante nos países, como Portugal, que nunca beneficiaram das suavizações e recompensas da exploração que os países mais desenvolvidos praticaram.

Estado social mostra e esconde, ao mesmo tempo, a sua dimensão opressiva e repressiva, inscrita na expressão estado, mas imediatamente adocicada pela sua integração na frase “estado social”. Quem actualmente toma por desígnio político construir um estado social está a pensar na frase que escamoteia a conotação violenta da expressão “estado”. Sinal disso é o uso comum da palavra violência, usada, em especial pela comunicação e pelos políticos, de forma muito precisa e criteriosa, para designar quem se oponha às forças repressivas e bélicas dos estados, de qualquer estado (aliado), mas não é usada para referir a força pelos agentes do estado. (A regra inverte-se quando se trata de estados inimigos: os manifestantes passam a ser soberanos cujos direitos são violados pelos estados).

Estado social mostra as preocupações sociais dos estados, obrigados a confrontar-se com as acções de massas, de resistência, de boicote, de luta, das populações, antecipando-as, se possível, e orientando-as para finalidades que não sejam subversivas. A mesma expressão esconde o modo antagonista com que os serviços dos estados se intrometem crescentemente na vida quotidiana das pessoas, eventualmente afastando-as dos recursos básicos para a sua sobrevivência para, assim, poderem organizar contrafogos a protestos comprometedores. As acções de infiltração policial em meios suspeitos ocorrem nos mesmos territórios urbanos onde há mais acção social assistencialista. As estratégias de segurança incluem e integram acções de propaganda – a favor do estado social, da participação e integração como empoderamento – e de apoio social.

A expressão estado social mostra e esconde, ao mesmo tempo, a importância das ciências sociais nesta fase da evolução do estado nas sociedades humanas. Dizer que o que caracteriza este tipo de estado é a participação das ciências sociais, embora seja clarificador, pode parecer absurdo, dada a evidente diferença de poder entre o estado e as ciências sociais. Todavia, reflectindo no papel de reforço disciplinar legitimador da acção do estado, as teorias sociais são preciosas para a sua manutenção do estado, nesta fase histórica. Como as mulheres o foram sempre, sobretudo quando eram as únicas encarregues de cuidar das respectivas famílias (Federici, 2017).

A parte da vida social não directamente administrada pelo estado nem pelas empresas tornou-se na questão social, no século XIX (Castel, 1998). A teoria dos estímulos económicos, de que uma gestão de espectativas profissionais seria suficiente para resolver a questão, revelou-se insuficiente, sobretudo para a população fora dos mercados de trabalho. A teoria da integração social e das responsabilidades do estado para assegurar que a integração realmente aconteça, em especial as responsabilidades das políticas públicas (educativas, por exemplo), independentemente das políticas (negócios internacionais, intensidade da exploração da natureza), tornou-se dominante na sociologia. A divisão centrípeta do trabalho das ciências sociais permitiu manter, em paralelo, teorias mutuamente contraditórias e mais ideológicas do que científicas, pois, como nunca se confrontam, podem representar a realidade à medida das suas teorias: a realidade económica separada da realidade cultural, política e social, cuja coerência depende mais da imaginação dos cientistas de síntese, os teóricos melhor acolhidos pela opinião pública, do que das realidades.